

Contribuições de Deleuze: o acontecimentalizar no social e as sinuosas linhas da trama institucional

Andréia Machado Oliveira

Tania Mara Galli Fonseca

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

Neste texto, procura-se vincular instituições e modos de subjetivação a um mesmo processo. Concebe-se as instituições a partir das suas forças constitutivas políticas e desejanças, isto é, como lugar de luta entre as formas instituídas e instituintes, como modo de produção ou não de vida e como possibilidade de efetivação de outros modos de subjetivação. Para tal, emprega-se o conceito de dobra de Gilles Deleuze que remete o aspecto coexistencial do dentro e do fora, do sujeito e do socius, bem como uma configuração ininterrupta entre os fluxos e as formas que tramam determinados planos históricos pertencentes à ordem do Acontecimento. Tais considerações nos incitam a observar alguns desvios que escapam aos contornos fixos, como o conceito de nômade, proposto ainda por Deleuze. O pensamento nômade considera o acontecimento como algo que provoca e produz a desacomodação, ou seja, se constitui na mobilidade do próprio pensamento.

Palavras-chave: Instituição; subjetivação; fluxos; acontecimento.

ABSTRACT

Deleuze's contributions: the happening in the social and the sinuosity lines of the institutional weft

In this text, it is looked to tie to institutions and ways of subjectivity with one same process. One conceives the institutions from its constituent forces politics and of desire, that is, as place of fight between the instituted and that institute forms, as way of production or not of life and as possibility to accomplish in other ways of subjectivity. For such, the concept of fold of Gilles Deleuze that sends the same exist aspect of inside and the rejection, the citizen and socius, as well as of the uninterrupted configuration between the flows and the forms is used that conspire definitive pertaining historical plans to the order of the Happening. Such thoughts in stir up them to observe some shunting lines that escape to the fixed contours, as the concept of nomad, considered still for Deleuze. The nomadic thought considers the happening as something that provokes and produces not stabilize, or either, it constitutes in the mobility of the proper thought.

Key words: Institution; subjectivity; flows; happening.

Para pensar as instituições atreladas aos modos de subjetivação, buscamos considerar as diferentes dimensões presentes nas relações humanas, as maneiras como se produzem, os modos de ser e estar no mundo, as formas como se relacionam e atribuem valores. Neste sentido, faz-se necessário romper com concepções divisionistas e reducionistas que discriminam as instituições como organizações exclusivas do campo social e os modos de subjetivação como elaborações restritas à interioridade de um sujeito. Ao contrário, este texto se assenta na impossibilidade de se pensar a trama social desvinculada dos modos de subjetivação, uma vez que são elementos constituintes entre si e configuram tanto instituições quanto sujeitos.

Deste modo, a problematização entre instituição e subjetivação incide a partir da compreensão que ambas são dobras de um plano social que se constitui na continuidade entre o que lhe é exterior e interior. Tal conceito, concebido por Gilles Deleuze (1988), nos mostra que não há como separar o dentro e o fora, pois é com o fora que o ser se configura, se dobra e se individua. Trata-se de um processo de transformação simultânea do fora e do dentro que revoga um interior pessoal separado do social, uma vez que vê a interioridade como dobramento das forças do exterior. Os modos de subjetivação não são considerados como frutos de um sujeito que mergulha em sua interioridade, mas como invenções de um coletivo constituído nos agenciamentos do viver, isto é, os sujeitos e as insti-

tuições são vistos como efeitos, resultados dos jogos entre os encontros entre formas e forças que habitam o mundo.

Ainda Simondon (2003) nos coloca esse entrelaçamento do dentro e fora no processo de individuação. Para ele, as divisões entre forma, matéria, indivíduo, meio, nos impossibilita de captar o movimento de individuação em que o indivíduo se constitui. Tal processo pensa o indivíduo a partir da individuação, ou seja, a partir de uma ontologia que concebe o ser não como único e pronto, mas sempre se tornando algo a partir de um princípio de individuação (humano e inumano); um processo de dessubjetivação constante por meio de resoluções de nós problemáticos em determinados momentos de saturação, isto é, um processo dinâmico que não permite o congelamento de uma forma, de um indivíduo recortado de seu plano exterior. Procura deter-se no que se produziu naquele ser historitizado (ente) poroso pelo tempo, naquele indivíduo em permanente diferenciação de si mesmo ao ser devolvido à sua dimensão pré-individual, ao fora que o constitui.

Ao se falar sobre as instituições, inicialmente, pretende-se esclarecer sobre qual concepção de instituição aludimos. As instituições são entendidas a partir de algumas referências de Deleuze (1991), que as considera como elaborações feitas pelos sujeitos, como meios de satisfações artificiais para atender e transformar as tendências naturais. Como ele próprio nos diz, “a instituição se apresenta sempre como um sistema organizado de meios [...] nos remetem a uma atividade social constitutiva de modelos, dos quais não somos conscientes, e que não se explica pela tendência ou pela utilidade, uma vez que esta última, como utilidade humana, pelo contrário, a supõe [...] a tendência é satisfeita por meios que não dependem dela” (Deleuze, 1991, p.135). Elucida-nos, Deleuze, que as tendências naturais não são iguais aos meios que a satisfazem, já que estes meios não são determinados por elas, mas por um arranjo social. Assim, é primordial o reconhecimento da distinção entre instituição e tendência natural afim de que as instituições não sejam justificadas pelas tendências naturais que nos escapam em sua genealogia.

Logo, os meios não podem ser naturalizados como tendências, como necessidades, uma vez que as tendências naturais se encontram atreladas exclusivamente às urgências do animal; e que o ser humano não os consegue apreender diretamente, já que é movido pelos meios sociais. Isto é, a tendência se satisfaz através dos meios, mas os meios – as instituições – não se explicam pela tendência em si, por exemplo: a necessidade de satisfação da tendência sexual não justifica os meios construídos artificialmente para satisfazê-la,

como o casamento. As tendências nunca podem ser vistas de forma normalizada, pois caso isto ocorra ela já se tornou instituição. Deste modo, as instituições, como meio social de satisfação, devem ser questionadas, investigadas em seus motivos implícitos de existência e constituição. As instituições são sempre meios de satisfação fabricados socialmente e não advindos de necessidades naturais.

A partir da distinção entre tendência natural – que nos escapa de forma inteligível – e instituição, outros aspectos que também aparecem misturados e manipulados, se evidenciam. Um deles, pulsante em toda instituição, é o desejo, que, geralmente, atrela-se às tendências naturais e não às necessidades fabricadas pelo social. De certa maneira, pode-se pensar que tal equívoco procede de uma intenção deliberada do capitalismo atual em justificar suas necessidades de maneira naturalizada e legitimada afim de esvaziar possíveis indagações. Como colocam Deleuze e Guattari:

O maior poder é fazer com que os outros desejem o que o poder deseja. O desejo não ousa mais desejar, tornando desejo do desejo, desejo do déspota [...] o Estado é desejo que passa da cabeça do déspota ao coração dos súditos, e da lei intelectual a todo o sistema físico que se destaca dela ou dela se libera. Desejo do Estado, a mais fantástica máquina de repressão é ainda desejo, sujeito que deseja e objeto de desejo (Deleuze e Guattari, 1976, pp.253-261).

Desejo manipulado e forjado – com aparência de natural – que infecta e corrói a produção desejante. Deve-se entender que o desejo não existe como essência humana e que é preciso que se torne desnaturalizado para que se reconheça como ocorre sua territorialização e desterritorialização no social, e especificamente, sua reterritorialização no capitalismo. Desejo entendido como uma montagem elaborada de uma produção social e não como algo presente espontaneamente ou como falta responsável por privações, frustrações e castrações em nível restrito do sujeito. Deste modo, o capitalismo atua na circulação do desejo, na química do sangue. Sabe que o poder realmente se efetiva quando o humano deseja o que o sistema induz a desejar; quando se crê que o que se deseja é uma necessidade particular e não se distingue que é uma imposição do próprio sistema.

Ainda sobre as instituições, outro aspecto, salientado por Deleuze e Guattari (1996), é a luta de forças que as constituem. Elas são transversalizadas e atravessadas por forças de produção e reprodução, moleculares e molares. Nelas, travam-se lutas permanentes entre os processos instituídos, naturalizados, que buscam aprisionar o processo vital através de estratégias

de normalização, de formas hegemônicas que almejam a conservação do poder e os processos instituintes, as forças de invenção de alteridade que afirmam as potências do viver. Movimentos de ruptura com uma produção de subjetividade assujeitada, submetida e de captura de produções de subjetividades livres.

Esta subversão entre o molar e o molecular está impressa em toda dobra, e tanto um quanto o outro pode inibir e bloquear a potência do viver e o fluxo do desejo. Por isso, ambos autores, buscam compreender a binaridade molar e molecular, macropolítica e micropolítica para romper com a própria binaridade e explicitar o perigo existente em ambas. Admite-se esta binaridade a partir do pressuposto que o ser humano é um ser segmentário, sem unidade coerente. Segundo Deleuze e Guattari:

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. [...] se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós – mas sempre uma supondo a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica (Deleuze e Guattari, 1996, p.90).

Não se consegue fazer um recorte focando-se exclusivamente o macro ou o micro, o molar ou o molecular, pois ambos formam as tramas do tecido social e ambos são partícipes das relações de conservação ou não do poder. Em todo molar pulsa uma força molecular inaudível, bem como em todo molecular se delineia uma estrutura molar. Como nos alertam Deleuze e Guattari (1996), há um perigo implícito em cada linha, em cada segmentaridade que é reconhecido não pela representação, mas pelos trajetos de suas misturas e distinções.

Esse perigo torna-se explícito no sistema atual capitalista que se apropria intencionalmente das forças moleculares, das linhas de fuga emergentes gerando subjetividades moleculares para uma humanidade molar. A mutabilidade, a destruição de um sistema que identificaria uma ruptura, uma linha de fuga, se torna um elemento de controle do capitalismo atual. O poder atual não se restringe à segmentaridade das instituições e dos sujeitos e atua diretamente nos fluxos, sem tempo para parar e construir algo. De acordo com ambos autores (1976), a descartabilidade e a crise institucionalizada são características do sistema capitalista. Quanto mais algo se desorganiza e se torna esquizofrênico, mais se torna segmentarizado e mais funciona no capitalismo, já que a sobrecodificação de seus códigos se dá na segmentaridade.

Entretanto, paradoxalmente, o socius não é um bloco homogêneo, ele é segmentarizado para que os fluxos possam funcionar e para que os códigos possam existir. Endossando tal idéia, Maria Elisabeth Barros (2003) coloca que uma máquina social só funciona bem quando não funciona bem completamente, pois, na prática se criam transgressões, soluções que não estão na teoria formulada e antecipada. Segundo ela, a transgressão está na falha, no descontrole, na ruptura, na quebra, no outramento. É um conectar-se com o fora, com a poesia das coisas, com a poética da matéria. A falha passa a ser analisada como constituinte dos processos de subjetivação marcados pela experimentação que recusa os hábitos endurecidos. Para Barros, a falha provoca uma inteligência astuciosa. Inteligência mobilizada frente ao real que se faz conhecer pela resistência ao domínio dos saberes e conhecimentos disponíveis. Inteligência engajada nas atividades técnicas, nas atividades de fabricação – poésis. Está encarnada no corpo inteiro e sua competência é a astúcia.

Os desvios do estabelecido como forma de saúde institucional, como possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo; tolerando as infrações à norma habitual e instituindo novas regulações para novas situações, ou seja, atitude de discutir normas vigentes e invenção de outras pertinentes às novas contingências. Para Barros (2003) é viver na ordem da imprevisibilidade, do risco; ver a vida onde ela acontece, vinculada não à vida produtiva, mas à produção da vida. Precisa-se partir da desnaturalização das leis de normalidade; investir na potência de transformar o sofrimento em algo criador; e dar visibilidade a outros encontros, outros modos de subjetivação que afirmem a vida com toda sua adversidade.

Neste sentido, Elisabeth Barros ratifica Deleuze ao apontar que é no limite do capitalismo que se produzem as linhas de fuga e não na dialética da polarização. As linhas de fuga visam a desterritorialização escapando à conservação do poder, buscando destruir um certo conformismo e estagnação. O ser se instala no capitalismo, mas o subverte; rompe com sua lógica ao produzir o inusitado. É um combate permanente, cuja estratégia consiste em saber como funciona e para quem funciona. Foucault também nos auxilia a pensar como se resiste dentro do sistema, como se pode produzir o deslocamento de dentro do capitalismo. Questiona:

Como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conheci-

mento [...] mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história (Foucault, 1996, pp. 8; 10).

Portanto, o controle nunca pode ser total, já que sempre há a possibilidade de se construir uma estrutura codificada diferente da prevista, uma estrutura transversalizada pelos fluxos de força e movida pelas ações desejantes. Uma estrutura presente em seus contornos físicos, em seus regulamentos, em suas práticas vigentes; e, em especial, em suas práticas imperceptíveis pelo olhar veloz, em seus sons inaudíveis pelo compasso automatizado dos gestos e das falas prontas, e em seus intervalos vazios e caóticos que são negados pelas formas totalitárias.

O humano se depara diante de uma encruzilhada traçada, de um lado, por um sistema representacionista fundamentada em verdades exclusivas, naturalizadas e racionalizadas, presas a um molde normatizado, demarcado e disciplinado que, de certa maneira, negam a criação e a experimentação; e outra forma emergente, com ênfase na própria invenção, no entanto que negam o tempo. Isto é, o ser sem tempo para gestação, apresenta subjetivações destruídas antes de nascer e aborta o estéril descartável. Estes sistemas, implementados pelas instituições, tecem relações fechadas que consideram o outro como opositor e competidor; que ficam aprisionadas no trefismo, na repetição imprófica, no lamento – em um “discurso ressentido”. Como pensar práticas sociais, modos de fazer e de subjetivação, que quebrem com a atrofia e paralisia da capacidade produtiva e possibilitem desterritorializações no cotidiano como linhas de fuga?

Neste contexto, torna-se relevante a visibilidade dos instituintes, das possibilidades de invenções de lugares e práticas sociais produtivas. Segundo Regina Maria Santos Dias:

Esse processo não se constitui em um aperfeiçoamento de ferramentas para melhor agir sobre as subjetivações, mas consiste em fazer funcionar outros registros de saber, sentir, atuar e ser no mundo – registros que funcionem ao nível molecular, e escapem à lógica identitária e às relações causativas ou justificativas, recusando conceituações que invistam em julgamentos e analogias, problematizando operadores que manejem reconhecimentos e prescrições (Vilela, 1999, p. 237).

Guattari acrescenta que:

Toda vez que uma problemática de identidade ou de reconhecimento aparece em determinado lugar, no mínimo estamos diante de uma ameaça de bloqueio e de paralisação do processo. É dentro dessa

lógica – que pode parecer um tanto paradoxal – que dá para se conceber a existência não de um programa comum, de uma frente, de uma unificação, mas de vias de passagem (Vilela, 1999, p. 237).

Estas colocações incitam a pensar sobre alguns desvios que escapam ao contornos fixos, algumas passagens que podem ocasionar rupturas nos sistemas que visam a conservação do poder. Um conceito, proposto por Deleuze e Guattari, que se apresenta de forma aberta e promove mobilidade no pensamento humano é o nomadismo. Para ambos autores, o nômade se diferencia por incluir e refere-se:

A um pensamento às voltas com forças exteriores em vez de ser recolhido numa forma interior, operando por revezamento em vez de formar uma imagem, um pensamento-acontecimento, heciedade, em vez de um pensamento sujeito, um pensamento-problema no lugar de um pensamento essência ou teorema, um pensamento que faz apelo a um povo em vez de tomar por um ministério [...] o pensamento nômade que recusa uma tal imagem e procede de outra maneira. É que ele não recorre a um sujeito pensante universal, mas ao contrário, invoca uma raça singular; e não se funda numa totalidade englobante, mas, ao contrário, desenrola-se num meio sem horizonte, como espaço liso, estepe, deserto ou mar (Deleuze e Guattari, 1997, p.48).

Tal conceito se insere na ciência nômade, que não aspira o poder, mas, ao contrário, quer desconstruir verdades instituídas. Ela se caracteriza por analisar os fluxos e não as coisas; refletir como se constituem os regimes de verdades e não em legitimá-los, ou seja, vai contra a idéia de essência ao implementar a transitoriedade das coisas. Salienta a pertinência de entender as contingências do contexto que produzem determinados acontecimentos nos encontros através das afecções. Busca mapear os acontecimentos através de suas variáveis, de como se produzem os seus desvios e não a partir de suas regularidades, uma vez que considera o acontecimento não como um fenômeno em si, mas como algo que provoca e produz a desacomodação, ou seja, o próprio pensamento.

Para se mover como um nômade, precisa-se experimentar procedimentos distintos no fazer humano. As ações de reproduzir e de seguir demonstram atitudes diferenciadas perante a vida. Para Deleuze:

Reproduzir implica a permanência de um ponto de vista fixo, exterior ao reproduzido: ver fluir, estando na margem. Mas seguir é coisa diferente do ideal de reprodução. Não melhor, porém outra

coisa. Somos de fato forçados a seguir quando estamos à procura das ‘singularidades’ de uma matéria ou, de preferência, de um material, e não tentando descobrir uma forma [...] quando nos engajamos na variação contínua das variáveis, em vez de extrair dela constantes (Deleuze, 1997, p.40).

Segue-se nos estados vividos, segundo Deleuze, e não nas representações que passam pelos códigos das instituições. Estados vividos não necessariamente subjetivos, individuais, mas interrupções do fluxo, “já que cada intensidade está necessariamente em relação com uma outra de tal modo que alguma coisa passe” (Deleuze, 1985, p.63). O seguir não parte de uma intenção – representação de um mundo pré-existente subjogado – e sim de uma intensão autopoietica das intensidades; guiado pela névoa do impessoal, do fora. Ocorre nos agenciamentos, nos acoplamentos de ações, tempos e espaços, constituídos nos acontecimentos sem início e fim, sem certezas a priori, sem produtor e produto, sem sujeito e objeto.

Pensar as instituições com Deleuze é deslocar, insistentemente, o próprio pensamento instituído. É investigar a partir do funcionamento das instituições, dos mecanismos implícitos em seu pensar, sentir e fazer. Para isso, se procura desdobrar, distender ao máximo o evidenciável – os sistemas, as instituições – chegando ao limite, lugar que possibilita a transgressão, o surgimento do inesperado que rompe com a dialética da afirmação e negação. Desloca o ser do si mesmo, propondo-o como invenção e constituição do socius. Ser gerado nas dobras do fora, não restrito aos seus contornos, mas transversalizado pelos fluxos de força, pelos desejos, pelo impessoal, pelo tempo. Conceitos tramados no e pelo fazer humano sobre um campo de composição que busca validar seus mais tênues elementos. Elementos estes que, muitas vezes, se fazem presentes por suas ausências, que se ordenam não devido às suas vontades próprias, mas pelas necessidades das composições, dos jogos que se estabelecem, dos acasos do fazer.

Ao se procurar ter acesso aos elementos que compõem os fazeres e suas formações, se realiza um movimento em direção ao acontecimento, isto é, efetivamente se devolve a forma instituída ao acontecimento ao qual pertence, fragmentando-a até se atingir seus fluxos de força. Este movimento de fragmentação em direção ao acontecimento pode ser efetuado a partir da análise dos múltiplos processos que constituem um acontecimento, o que Foucault denomina de desmultiplicação casual. Para ele:

A ‘acontecimentalização’ consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os blo-

queios, os jogos de forças, as estratégias etc. que, em um dado momento formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. Ao tomar as coisas dessa maneira, procedemos, na verdade, a uma espécie de desmultiplicação casual (Foucault, 2003, p.339).

O acontecimento não é visto como uma decisão, uma forma instituída, mas como uma relação de forças que entram em jogo na história obedecendo ao acaso da luta, aos riscos e às vontades renovadas.

Desta maneira, ao se pensar o acontecimentalizar no campo social, traça-se um trajeto não no sentido de buscar as origens das configurações institucionais ou das estruturas universais, mas na direção de atualizar as estruturas institucionais em recortes históricos admissíveis que contêm vários pontos de entrada e que são atravessados por fluxos de forças que pertencem à ordem do acontecimento. Neste sentido, investigar o social implica em visualizar as instituições como efeitos de captura de forças que lhe são contemporâneas e que constituem a sua atualidade, bem como inquirir outros arranjos de composições e fazeres que não se restrinjam a ambicionar a representação de algo determinado, mas que provoquem as intensidades do viver.

REFERÊNCIAS

- Barros, M. E. (2003). Modos de Gestão produção de subjetividade na sociedade contemporânea. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói, 14, 2.*
- Bergson, H. (1964). *A evolução criadora*. Trad. Adolfo Casais Monteiro. Rio de Janeiro: Editora Delta. [Coleção dos Prêmios Nobel de Literatura].
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1976). *O anti-Édipo, capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Deleuze, G. (1988). *Le pli: Leibniz et le baroque*. Paris: Munit.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Ed.34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1996). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed.
- Foucault, M. (2003). *Estratégia, poder e saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Liotard, J. (1990). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Marion, S. (Org.). *Nietzsche hoje? Colóquio da Cerisy*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- Simondon, G. (2003). A Gênese do Indivíduo. In *Cadernos de Subjetividade – O Reencantamento do Concreto* (pp. 97-118). São Paulo: Hucitec.
- Veyne, P. (1998). *Como se escreve a história e Foucault revolucionou a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Vilela, A. M., Cerezo, A.C., & Rodrigues, H. B. (1999). *Clio-Psyché Fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

Recebido em: 2006. Aceito em: 04/2007.

Autores:

Andréia Machado Oliveira – Professora e Artista Plástica. Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. Doutoranda em Informática na Educação/UFRGS. Integrante dos grupos: Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar/UFRGS; e NESTA/UFRGS.

Tania Mara Galli Fonseca – Professora do Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e em Informática da Educação da UFRGS. Doutora em Educação/UFRGS. Pós-Doutorado na Universidade de Lisboa/UL, Portugal.

Endereço para correspondência:

ANDRÉIA MACHADO OLIVEIRA
Av. Otto Niemeyer, 2417/115 – Bairro Camaquã
CEP 91910-001, Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: andreiao@cpovo.net